

## Educação e Capitalismo: a nova ordem trabalhista\*

MARCIA MORAES\*\*

### Resumo

Este artigo discute as perspectivas da educação à luz das drásticas mudanças na nova ordem trabalhista que caracteriza este início do século XXI, explicando os motivos pelos quais os modelos de educação praticados na atualidade não correspondem, para qualquer classe econômica, aos anseios das arenas empregatícias.

**Palavras-chave:** educação; formação profissional; trabalho.

### Abstract

This essay discusses the perspectives of education in the light of drastic changes in the new labor order, which characterizes this beginning of the 21st century by explaining the reasons why currently practiced education models do not match the expectations of the employment arenas regardless of socioeconomic class.

**Key words:** education; training; work.

---

\* Parte deste artigo é fruto dos estudos realizados na linha de pesquisa *Docência na Contemporaneidade*, desenvolvida na FACULDADE CCAA.



\*\* **MARCIA MORAES** é Ph.D. em Educação, Mestre em Avaliação Educacional, Coordenadora de Pós-Graduação e Pesquisa e Professora Titular da FACULDADE CCAA

Consultando um dos sites de busca, a palavra “pobreza” possui, aproximadamente, 39 milhões de entradas. As definições para o termo “pobreza” são infundáveis e analisadas por meio de uma infinidade de perspectivas.

Seja qual for a escolha da definição de “pobreza”, descendentes da massa jovem; ou seja, que recebe um ou dois salários mínimos de hoje, certamente não serão parte da classe trabalhadora como hoje a conhecemos. Esse grupo futuro não será apenas impedido de fazer parte da classe trabalhadora, mas não fará parte da economia formal sob qualquer circunstância.

Se a sociedade, especialmente incluindo o sistema educacional, permanecer na trajetória na qual está, os filhos e filhas da classe trabalhadora ou de qualquer outra classe do nosso tempo sequer serão vistos como a futura força de trabalho, porque eles/elas não vão pertencer ao setor de trabalhadores especiais – o tipo de trabalhador que o capitalismo desses tempos pós-modernos necessita. Além disso, existe um imenso grupo de pessoas que vivem em condições miseráveis e que, dia a dia, são engolidas pelo capitalismo e suas diversas feições.

Ainda sobre as classes pobres, é importante acrescentar que não representam os consumidores que o capitalismo necessita. Os setores dinâmicos da economia, aqueles que têm sido responsáveis pelo crescimento econômico dos países nas últimas décadas, não incluem o consumo popular nos quais essa massa jovem possa ser incluída. É óbvio que a massa popular consome uma série de objetos e o governo celebra esse consumo como um troféu de desenvolvimento econômico. No entanto, a economia não se baseia em consumidores pequenos,

mas no consumo sofisticado, nas exportações e nos sistemas bancários nos quais há muito pouco espaço para a massa jovem em geral e para a massa pobre, em particular.

Apesar dessa clássica menção às classes pobres, é fato que a classe média, em todas as suas variações salariais, está igualmente despreparada para os novos tempos do mercado de trabalho. Existe, de fato, uma nova ordem trabalhista que não é, exatamente, aquela conseguida nos bancos escolares brasileiros.

Recentemente, num jornal de grande circulação no Brasil, Roberta Scrivano e Lucianne Carneiro publicaram uma pesquisa intitulada *Há vagas. Falta mão de obra*. Segundo a pesquisa, 92% dos 130 executivos de empresas de grande porte “têm dificuldades para empregar trabalhadores preparados para os cargos que oferecem. Entre os principais obstáculos citados na pesquisa, [...] 81% das respostas mencionaram a escassez de profissionais capacitados; 49% citaram a falta de experiência na função; e 42% reclamaram da deficiência na formação básica” (CARNEIRO & SCRIVANO, 2013, p. 23).

A mesma pesquisa indicou que 52% dos empresários afirmaram que não há profissionais de “chão de fábrica”; ou seja, falta até mesmo o nível mais elementar de profissionais dessa área, aqueles/aquelas que podem ser treinados para desempenhar suas funções fabris, mas que não conseguem o emprego por total falta de preparo. Um dos indicadores da situação ilustrada nessa pesquisa é que, do mesmo modo que as antigas formas de produção em massa já não servem aos novos contornos do capitalismo, as formas educacionais ofertadas em nossas escolas de Educação Básica também não. Nem as escolas técnicas, com raríssimas exceções, conseguem

ensinar ao ponto de garantirem algum tipo de futuro aos seus estudantes.

Algumas pessoas podem dizer: “Isso tudo não é o suficiente. É preciso estudar mais, ir além da educação básica”.

É verdade: existe a graduação. A questão é que os cursos de graduação ficaram tão obsoletos que seu valor está sempre muito aquém no mercado de trabalho. Infelizmente, há milhares de instituições de graduação que praticamente vendem diplomas e que não possuem, a despeito das inúmeras tentativas de avaliação do MEC, seriedade, empenho em ajudar os/as estudantes a terem independência intelectual, principalmente acesso à gama de conhecimentos que poderia representar exercício reflexivo da consciência social. Então, existe falta de excelência acadêmica, que é muito divulgada, mas pouco praticada ou deturpada. Quem sofre? A população, de modo geral, sendo as camadas mais pobres, em particular.

Segundo dados recentes do MEC, no Brasil, há uma taxa de 14,7% de escolaridade superior, sendo que o Plano Nacional de Educação projeta que essa taxa chegue a 33% de jovens e adultos com acesso à educação superior até 2020. A questão, no entanto, é que o acesso não significa inserção no mercado de trabalho.

Então, depois da graduação, existe a pós-graduação e, novamente, o que prevalece é o sucateamento de mais um nível de instrução, de tal forma que o mercado só aceita determinado profissional diante da apresentação de um diploma de pós-graduação. Sem dúvida, avolumam-se, a cada ano, o contingente de pós-graduados em modelos de cursos importados.

Para ilustrar as contínuas importações educacionais equivocadas, importou-se dos Estados Unidos o curso MBA (*Master in Business Administration*). Lá, uma pessoa cursa MBA e a diferença no curso tem por base o tempo (e.g., *full-time* – 1 ano; *part-time* – 2 anos). Todos os programas de *MBA* são voltados para a **gerência ou gestão**. Muitas universidades exigem, no mínimo, dez anos de experiência em empresas, sendo cinco em cargos de gerência.

No Brasil, uma pessoa cursa “MBA em alguma coisa” – significado vazio para o termo MBA, além de não ser considerado curso de mestrado, fato que não é compreendido pela maioria das pessoas interessadas no curso. Os títulos dos cursos são os mais estranhos possíveis para garantir que as três letras “MBA” sejam o carro-chefe do nome do curso. Eis alguns: *MBA Executivo em Gestão de Negócios*, *MBA em Sistemas Gerenciais*, dentre outros títulos. Ora, se ‘gerência ou gestão’ é a essência do curso, o que significam esses títulos? São redundantes e vazios de significado. Está, portanto, desqualificado o MBA.

No caso da graduação, os empregos disponíveis para quem tem esse nível de escolaridade nem sempre são aqueles destinados à área de formação. Uma rápida visita a uma loja de departamentos ou mesmo a um banco é suficiente para ver o número de profissionais graduados totalmente desviados das funções para as quais foram diplomados. Pode-se dizer, então, que o capitalismo consegue engolir qualquer tentativa de democracia e emancipação social, porque conseguiu criar uma **nova ordem trabalhista**: *muitos níveis de escolaridade para subempregos que não garantem a sustentabilidade financeira das pessoas*.

Concordo com a posição de István Mészáros, quando diz que “quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1005) (itálico do autor).

As formas padronizadas de produção, nas quais as empresas refazem e mantém a produção a baixo custo, a fim de também manter a competitividade no mercado, estão desaparecendo. O furor empresarial agora se volta para o aumento de estoque o que, inevitavelmente, é traduzido na dispensa de inúmeros trabalhadores. Para muitas pessoas, a demissão em massa pode parecer que uma empresa é fraca, mas é exatamente o oposto. A produção, na maior parte das vezes, foi feita em tão larga escala e sugando tanto os trabalhadores e trabalhadoras que dispensá-los após um bom período fazendo estoques de produto representa uma enorme vantagem do capitalismo. A ética é mesmo obsoleta no sistema capitalista em que vivemos.

Enquanto esperamos que não se tornem verdade absoluta as palavras de Renato Bittencourt, quando argumenta que, num futuro muito próximo, deverão cessar as “hipocrisias” e o conceito de estudante será definitivamente o conceito de “consumidor”, enquanto o de docente será substituído pelo conceito de “vendedor”, é fato que nessa tendência de relacionar estudo às relações de consumo, docentes precisam ter o preparo correto para que tenham condições de desenvolver suas tarefas sem que sejam confundidos com objetos que podem ser comprados ou

descartados (BITTENCOURT, 2012, p. 77).

Por exemplo, muitos/muitas docentes querem que seus estudantes identifiquem, compreendam e produzam conhecimento útil. Mas o que é um “conhecimento útil”? Útil para quem? Como verdadeiramente preparar as pessoas para a sobrevivência nesse mundo capitalista tão cruel e cada vez mais seletivo em que vivemos?

A ambição do sistema educacional é burocrática, tendo por base o objetivo de dar uniformidade às capacidades dos cidadãos e cidadãs. Em outras palavras, o sistema educacional deveria tratar cada pessoa como portadora de direitos humanos inalienáveis. Esses direitos, inevitavelmente, cruzam as fronteiras dos deveres, para que os próprios direitos sejam preservados. Isso exclui as perspectivas de ver a educação como unificadora da massa popular, mas como um exercício de articulação dos saberes, segundo as possíveis competências de cada pessoa, segundo os interesses de conhecimento de cada pessoa. Então, a educação não pode ser tratada exclusivamente como uma expressão burocrática do direito político, porque assim ela permanece no círculo capitalista de produção para acúmulo, em lugar de projeção transformadora que poderia, de fato, emancipar a população.

É importante ressaltar que não defendo, em hipótese alguma, uma educação que não tenha o compromisso de formar profissionais. Ao contrário, defendo uma educação que realmente prepare profissionais, que não sejam obtusos e meros repetidores dos saberes que supostamente os fazem competentes. Competência significa conhecimentos, exercício das habilidades e capacidades. No entanto, parece que a culpa do mau preparo tem sido alocada nas vítimas

(população) e não no criminoso (sistema educacional).

São infundáveis as notícias de que o povo brasileiro tem dificuldades básicas em leitura e escrita. Em novembro de 2012, foram divulgados os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes e do Progresso no Estudo Internacional de Alfabetização que avaliam, por meio de três testes internacionais, o aprendizado de **matemática, leitura e ciência** dos alunos **do 5º e do 9º ano do ensino fundamental**. Dos **40 países** participantes, **27 ficaram acima e 13 abaixo da média**. O **Brasil ficou em penúltimo lugar**, à frente da Indonésia. Os melhores foram Finlândia e Coreia do Sul. “Os países ainda foram divididos em cinco grupos, de acordo com a sua distância da média. O **Brasil**, que **teve pontuação de -1.65**, foi incluído no grupo 5, onde estão as sete nações com a maior variação negativa em relação à média global”.<sup>1</sup>

Um exemplo que pode justificar esses resultados é que, por mais que se tenha discutido aqui e ali, nos vários congressos e seminários, que não se pode ensinar a gramática da língua portuguesa considerando apenas as regras e nomenclaturas gramaticais, ainda permanece nas escolas e nas universidades o ensino enfadonho das nomenclaturas e regras gramaticais. É fato que mais de 70% das turmas de quaisquer níveis de ensino que estudam a disciplina Língua Portuguesa “odeiam” a matéria e não é possível culpar os/as estudantes.

---

<sup>1</sup> Ranking de qualidade da educação coloca Brasil em penúltimo lugar - <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/11/ranking-de-qualidade-da-educacao-coloca-brasil-em-penultimo-lugar.html> - Acesso em 08/06/2013 [grifo nosso]

De que adianta saber a classificação do tritongo, da paroxítona, da oração subordinada substantiva etc. se não existe aplicabilidade do conceito em contextos da vida, do uso diário da língua. Quem é que diz apaixonadamente a outra pessoa “eu amo você” ou “eu te amo” e pensa: Bem, “eu” é pronome pessoal do caso reto. Caso o quê? Por que é reto? Alguém explicou? “Amo” é o verbo amar conjugado no presente do indicativo. Presente de quem? Indica o quê? Aí está a educação básica. Aí está o curso superior. De que forma uma criança ou jovem ou mesmo um adulto pode conseguir gostar de estudar sua própria língua dessa forma? Afinal, é a língua pela qual tem costume de se comunicar. Abundância de informação verdadeiramente desnecessária, inútil.

O problema maior é que os exercícios e o foco nas habilidades da leitura não são desenvolvidos como deveriam ser e o resultado é o estrondoso analfabetismo funcional. Com a leitura deficitária, é deficitária igualmente a compreensão dos problemas matemáticos, dos textos que tratam da ciência, enfim, está deficitário o resultado dos/das estudantes. Quem é o criminoso na história?

Torno a enfatizar: a educação não pode ser tratada exclusivamente como uma expressão burocrática do direito político, porque assim ela permanece no círculo capitalista de produção para acúmulo, em lugar de projeção transformadora que poderia, de fato, emancipar a população.

Dizem que o problema dos/das estudantes é a falta de atenção. Há muitos anos, o economista Herbert Simon escreveu: “O que a informação consome é óbvio. Ela consome a atenção. Então, riqueza de informação cria pobreza de atenção e uma

necessidade de alocar a atenção de forma eficiente dentre a superabundância de fontes de informação que possam consumi-la” (SIMON, 1971, p.40-41).

Essas poucas palavras conseguem traduzir o processo educacional de forma bem simples: abundância de informação produz menos atenção; atenção que seria extremamente necessária para que estudantes pudessem criar objetivos maiores de aquisição de conhecimentos. Significa isso alocar a atenção no que é necessário e importante.

A abundância de informação está em todos os lugares. Hoje, ela está, principalmente, na tão falada e manipulada tecnologia da informação. Os celulares, os computadores, especialmente os aparelhos de TV estão em todos os lugares. Mesmo nas cidades pequenas e mais pobres do país, lá estão as *lan houses* com o aluguel de máquinas por menos de um Real e a maioria dos jovens frequenta sem pagar, por amizade. A superabundância de informação não está exclusivamente na escola, mas a forma de lidar com tanta informação é o que deveria ser discutido pela educação com mais propriedade.

Talvez, por todos esses motivos, precisemos ampliar, sempre, nossa compreensão sobre o intrínseco modo de existir do capitalismo e suas variadas máscaras. Talvez, uma das maiores contribuições de Marx não tenha sido exatamente descrever o comportamento do capitalismo, mas deixar um caminho, ainda que ele não pudesse prever, para futuras possibilidades de análise que mostrassem por que e em que direção o capitalismo poderia mudar: o formato do capitalismo atual. Nas palavras de Karl Löwith, “Marx estava preocupado em mostrar que a aparente obviedade com que a sociedade burguesa, a

burguesia e o ser humano são equiparados, é uma suposição questionável” (LÖWITH, 1993, p. 95).

Nesse ponto, o conceito de dialética é muito importante. Esse conceito ilustra que tudo o que é vivo no mundo não é estático, tudo muda, se move, ou se eleva ou declina. Essa compreensão do mundo tem por base dados reais e nada tem a ver com uma invenção de um pensador inteligente, mas com a visão de um mundo material. A natureza ou a sociedade humana não é feita de coisas independentes. Todas as coisas são interligadas e sofrem transformações: a água pode se transformar em gelo; uma fruta pode se transformar num doce; a criança pode se transformar num adulto consciente do significado que suas escolhas terão para a sociedade.

A dialética também mostra que as coisas não possuem um caráter único. Elas podem ter um lado bom e um lado mau; algo positivo e negativo; características interessantes e péssimas. O fundamental, no entanto, é que possamos ter efetiva noção de que a realidade existe independente da nossa consciência sobre ela – esta, uma das maiores contribuições de Marx. A realidade, por sua vez, não é algo isolado, em pedacinhos, mas formula interdependência de fatores; ela não é estática. O caso é que a interdependência das coisas é tão dinâmica que parece óbvia e acaba por não chamar a atenção das pessoas.

O reconhecimento da interdependência de fatores é vital para a sociedade humana – é a dialética gritando por existir e precisamos reconhecer sua força porque ela é nossa possibilidade de existência. O fato, no entanto, é que, ao contrário das sociedades tribais e desde que a sociedade foi dividida em classes, o senso de bem estar da comunidade foi substituído por bem

estar individual, como se não dependêssemos do outro para existir. Pode-se dizer que capitalismo sempre procura desfigurar a dialética, porque ela possui uma força que em nada combina com a ganância, sistema nervoso central do capitalismo.

Então, como é possível refletir sobre a dialética no âmbito da educação? A epistemologia educacional dominante nas escolas e universidades, e respectivas disciplinas dos cursos, ainda é bastante individualista. Saber, pensar e conhecer estão sempre localizados nas disciplinas estanques. O caso é que isso é exatamente o oposto nas práticas mediadas pelo uso da tecnologia da informação, por exemplo. O conhecimento é móvel, rápido, fugaz. Por isso, ele não é concentrado em algo específico, mas distribuído, disperso. Essa dispersão, por outro lado, ocasiona desvio de atenção.

Os objetivos educacionais sempre têm sido voltados para o conhecimento disciplinador e a melhor forma de fazê-lo chegar aos estudantes, independente do nível de escolaridade. O que se vê, assim, é que o mundo da escola ou da universidade e o mundo do trabalho estão, cada vez mais, distantes. O ensino está progressivamente mais distante das mudanças rápidas do mundo do trabalho e de tudo que faz parte desse mundo, especialmente das relações pessoais.

Em termos de relações pessoais, é muito curioso quando as pessoas começam a falar em educação multicultural. A base dessa educação não é o uso de uma didática, no sentido de técnica, que acomode as pessoas, mas que incite a discussão, a negociação das diferenças de forma dialógica. Praticar o multiculturalismo não é celebrar a diversidade, mas ter e proporcionar aos estudantes uma compreensão política

renovada sobre o que o racismo, o sexismo, a homofobia, o “idosismo”<sup>2</sup>, o classismo e todos os “ismos” têm feito para destruir qualquer senso de humanidade, de distribuição dos conhecimentos.

O problema não é constatar uma questão antiga, mas é vivermos constatando sempre as mesmas coisas. Esse tem sido, sem dúvida, um dos maiores problemas em educação.

Em minha compreensão sobre didática ou prática pedagógica, procuro discutir em sala de aula dos cursos de formação docente o que os teóricos críticos chamam de “**currículo oculto**”, que é o conjunto de *comportamentos não relacionados ao conteúdo* (GIROUX, 1988; McLAREN, 1997). São as práticas de sala de aula que perpetuam as contradições sociais. São práticas que perpetuam todos os tipos de preconceito e individualismo.

Nesse ponto, é relevante ver a prática pedagógica como uma forma de fortalecer ou de enfraquecer conhecimentos. Quando a didática é aplicada para enfraquecer, ela produz o que Michel Foucault chama de *conhecimentos subjugados* (FOUCAULT, 2008). Então, procuro discutir como nós, docentes, podemos tornar o currículo menos oculto e, por conseguinte, menos cruel, considerando que nossa abordagem do currículo ajuda a moldar percepções dos/das estudantes sobre o mundo. É necessário desvendar o currículo oculto.

Desvendar o currículo oculto não significa nos culparmos pelo que aprendemos no passado, mas aceitar a responsabilidade de não perpetuar nossas práticas do passado. Nossas discussões didáticas parecem sempre

---

<sup>2</sup> Uso a palavra “idosismo” para retratar o preconceito contra idosos.

estar centradas em torno da noção de respeitar e criar um espaço seguro para estudantes, em lugar de também discutir as difíceis posições que ocupamos. Dessa forma, o “outro” continua a ser sempre o “outro” e não alguém necessário à nossa própria existência – o fundamento da dialética.

Então, a prática pedagógica precisa ser sempre reconhecida como uma possibilidade política num lugar que não é um paraíso, mas cheio de confrontos, tensões e, muitas vezes, com profunda hostilidade, que é a sala de aula.

Permanecer na crítica não basta para que mudanças possam ser vislumbradas. É necessário mudar as perspectivas educacionais, porque aprender certamente possui um novo significado. É necessário que as pessoas tenham acesso ao conhecimento tático que possa ser articulado segundo a compreensão das arbitrariedades do capitalismo atual.

Não há dúvida de que temos muito pelo que lutar: contra a fome; contra a violência; contra a miséria; contra as inúmeras formas de escravidão que articulam a exploração do trabalho; contra o abuso de menores e de mulheres; contra um sistema educacional que não prepara; contra um sistema carcerário que não recupera; contra o desemprego; dentre tantas outras lutas.

Não há dúvida, também, de que é a educação que tem, apesar do tempo, da dedicação e do financiamento que ela demanda, o potencial de alterar a sociedade para que num futuro, seja ele qual for, possamos ter os instrumentos necessários para garantir que não tenhamos esses tipos de lutas ou que sequer precisemos lutar para garantir coisas tão básicas, como a possibilidade

de simplesmente viver. Não há como deixar de acreditar na educação, desde que ela seja revolvida, renovada e ultrapasse todas as fronteiras que a têm mantido tão isolada da vida.

#### Referências

BITTENCOURT, Renato Nunes. “A economia das ilusões e a magia diabólica do dinheiro”. In: BITTENCOURT, Luís; BITTENCOURT, Renato Nunes (Org.). **Comunicação, Subjetividade e Sociedade**. Rio de Janeiro: iVentura, 2012, p.69-83.

CARNEIRO, Lucianne; SCRIVANO, Roberta. “Há vagas. Falta mão de obra: indústria e comércio tentam driblar escassez de profissionais. País perde competitividade”. *O Globo*, 26/abril/2013, Caderno Economia, p. 23.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GIROUX, Henry. **Teachers as intellectuals: toward a critical pedagogy of learning**. New York: Bergin & Garvey, 1988.

LÖWITZ, Karl. **Max Weber and Karl Marx**. New York: Routledge, 1993.

McLAREN, Peter. **A vida nas escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

SIMON, Herbert. Designing organizations for an information-rich world. In GREENBERGER, Martin (Org.) **Computers, Communications and the Public Interest**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, p. 20-41, 1971.

Recebido em 2013-06-27  
Publicado em 2013-07-06